

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

04/03/2013

COMISSÃO DA VERDADE.

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

04/03/2013

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Audiência pública sobre o caso Iara Iavelberg, 04/03/2013 auditório Teotônio Vilela, 14 horas. Está instalada a 16ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 04/03/2013, às 14hs na Assembleia Legislativa, São Paulo, auditório Teotônio Vilela para oitiva de depoimento sobre o caso Iara Iavelberg, assassinada em 20 de agosto de 71. Esclarecer que a Comissão da Verdade de São Paulo pretende realizar todas as audiências públicas abertas em contraposição à posição da Comissão Nacional, que pretende fazer as audiências fechadas e sem participação do público.

A Comissão da Verdade pertence ao povo brasileiro, é uma enorme organização de 90 anos que não pode ficar fechada em quatro paredes. Inicialmente nós vamos ter um texto lido pela Amélia Teles, ‘Verdade e Gênero’, devido ao mês de março ser dedicado às mulheres, as mulheres mortas, desaparecidas e sobreviventes da ditadura militar.

Com a palavra, Amélia Teles.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Boa tarde.

Verdade e Gênero.

De modo que para contar minha história, aqui estou. Vocês me escutam falar, mas me escutam sentir? Gertrude Comar, escritora judia assassinada em Auschwitz.

A Comissão da Verdade tem como dever investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar, 1964-1985. A repressão política da época não poupou mulheres e homens que ousaram discordar, divergir, protestar ou ir contra a ordem ditatorial. Enfrentar os desmandos, os autoritarismos, as atrocidades e brutalidades do estado de terror implantado a partir de 1964. A violência empregada pelo Estado impôs a ferro e fogo o silêncio, a censura, a insegurança, incerteza, o pânico e o medo. Impôs para muitas pessoas o exílio, a clandestinidade, o isolamento social e político. Os militantes políticos viviam sobtensão intensa. Risco de sequestro, tortura, assassinato e pairava a figura sinistra do desaparecimento forçado. Há uma lista de pelo menos 500 pessoas mortas, assassinadas pela ditadura. Dentre elas há aquelas cujos corpos não foram entregues para que seus familiares pudessem sepulta-los. As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram reelaboradas e aprofundadas pela ditadura que não admitia em nenhuma hipótese que mulheres desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão, dependência e falta de iniciativa. As mulheres militantes políticas da época subverteram a ordem patriarcal tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial. Ao ingressarem para as lutas da agressão política das mais diversas maneiras, as mulheres pegaram em armas ou apoiaram ações políticas de protesto, armadas ou não, mantiveram a segurança de aparelhos que escondiam a militância e o material de luta, participaram da imprensa clandestina, escreveram, fizeram funcionar as gráficas e distribuíram as publicações produzidas de forma artesanal e em condições muito precárias. Cuidaram da saúde e da militância de familiares. Tiveram suas crianças na clandestinidade e nas prisões. Viram suas crianças expostas às sessões de torturas, ameaçadas ou mesmo torturadas. Sofreram abortos dolorosos devido aos espancamentos e chutes dos torturadores.

Foram impedidas de amamentar seus bebês nos cárceres, menstruaram de formas excessivas ou escassas conforme as sessões de tortura. Foram estupradas e sofreram violência sexual. Tiveram seus corpos nus expostos para os torturadores espancá-los, queimá-los com pontas de cigarros ou com choques elétricos, enfiar fios elétricos em suas vaginas e anus, arrebentar seus mamilos e cometer estupros.

Houve militantes que foram assassinadas, cujos cadáveres em muitos casos encontram-se desaparecidos até os dias atuais. Muitas dessas mulheres foram levadas a

morte por um assassinato friamente calculado, com atos de estupro, mutilação inclusive genital. Outras foram assassinadas com o uso da coroa de cristo como era chamado um método de tortura que por meio de emprego de uma cinta de aço apertava-se o crânio até esmagá-lo. Outras foram mortas em acidentes estrategicamente planejados como foi o caso de Zuzu Angel que denunciou insistentemente o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel Jones. Outros enlouqueceram como resultado de tamanha dor e perseguição policial.

Houve muitas e muitas que lutaram pelo anonimato. Para que se alcance a verdade, a história terá que trazer a tona participação. Ao buscar a verdade, a Comissão da Verdade deve analisar os fatos e suas circunstâncias, em uma perspectiva de gênero, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar.

Só assim a história poderá fazer justiça às mulheres, a parcela mais esquecida e menos visível da humanidade. Não basta ouvir as mulheres. Será preciso senti-la em toda a visão das suas ações. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A atriz Dulce Muniz preparou um trecho de uma peça escrita sobre a Iara. Vamos deixar a luz acesa senão nem ela consegue ler. Ela vai ler alguns trechinhos da peça, porque tinham vários personagens, e ela vai fazer algumas leituras curtas com alguns trechos da fala da Iara. Com a palavra, Dulce Muniz.

A SRA. DULCE MUNIZ – Essa peça foi escrita em 1995 e foi levada em cartaz no ano 2000 no teatro Studio 184 na Praça Roosevelt. E teve bastante público e foram momentos muito importantes, porque nós levamos muitos debatedores, inclusive o Manoel. Falei muito com a Mariana ao telefone. Passei o filme, falei com a Rosinha,

falei com o Raul, falei muito com Judith Patarra que escreveu um belíssimo livro sobre a Iara e esse texto é o resultado de algumas coisas pessoais que eu tive, porque eu conheci pessoalmente a Iara, eu fiz o cursinho do Grêmio em 1968 e 1969. Então, é com muita comoção que eu vou ler. É um trecho muito curto, é quase o final da peça.

‘Ah, meu amado. Vejo seu rosto, seu olhar tão firme. Sinto suas mãos tão ternas. Não quero pensar em outra coisa mesmo sabendo de todas as quedas. Inês, Heleni, nós vamos conseguir furar o cerco. Você será o comandante da revolução vitoriosa. Nosso filho nascerá em um mundo novo e melhor. Meu coração está apertadinho de saudade. Mas sua batida é forte por você’.

Nesse momento entra a voz de um locutor.

‘Atenção, atenção. Interrompemos a nossa programação para uma edição extraordinária. Acaba de ser morto no interior da Bahia com o seu comparsa, José Carlos Barreto, codinome Zequinha, o terrorista Carlos Lamarca, desertor do Exército Brasileiro, assassino e ladrão de Banco, traidor da pátria’.

Iara, que ficou em pé, ao ouvir a notícia desfalece. Ao mesmo tempo em que tira o revólver da bolsa. O quarto vai sendo invadido por fumaça, ouve-se uma rajada violenta de metralhadora, tiros, gritos, e imediatamente o quarto é invadido sob o barulho intenso de um violento tiroteio.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Bom, obrigado Dulce. Vamos lá. Agora o memorial.

Vamos priorizar a leitura do texto. Pode dar só o contraste, pelo menos para a câmera te pegar, só dá o texto para o pessoal poder acompanhar.

A SRA. THAÍS BARRETO – Boa tarde a todos. Meu nome é Thaís Barreto. Vou ler o memorial sobre a Iara Iavelberg.

Iara Iavelberg, morta em 20 de agosto de 1971. Dados pessoais, nome, Iara Iavelberg. Data de nascimento, 07 de maio de 1944, local de nascimento, São Paulo Brasil. profissão, psicóloga. Organização política, Movimento Revolucionário Oito de Outubro, o MR8.

Dados biográficos, Iara nasceu em sete de maio de 1944, primeira filha de Davi Iavelberg e Eva Iavelberg. Família judia que morava no bairro do Ipiranga em São Paulo. Tinha três irmãos, Samuel, Rosa e Raul. Estudou na Escola Israelita do Cambuci, casou-se aos 16 anos. Temas como a liberdade sexual e o movimento feminista lhe interessavam. Ingressou na Faculdade de Psicologia da USP em 1963 onde encontrou outras causas e engajou-se no clima da política social. Abominava a ditadura militar.

Defendia a universidade livre, a justiça social, o fim da miséria e a derrota do imperialismo. Esses e outros detalhes contam na sua trajetória narrada no livro 'Iara, uma reportagem biográfica', escrito pela jornalista Judith Patarra. Iara viveu a efervescência do movimento estudantil. As passeatas e os conflitos da Maria Antonia. Em 1968 Iara trabalhava como Professora assistente na USP. Integrou a Organização Revolucionária Marxista Político Operária, a Vanguarda Armada Revolucionaria Palmares, a Var Palmares, a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, o MR8.

Devorou muitos livros adotados pela esquerda brasileira. Ela era um grande quadro intelectual, militou ao lado da atual Presidente Dilma Rousseff. Decidiu tornar-se guerrilheira. Namorou Carlos Lamarca e viveu uma relação intensa. Amaram-se.

Da VPR Iara e Lamarca foram juntos ao MR8. Clandestinos, estavam entre os mais procurados pela repressão política. Com cartazes espalhados em diversos lugares. Dados sobre sua morte, além de sua forte atuação política, Iara também era alvo por ser companheira de Carlos Lamarca que havia conquistado o ódio do Exército Brasileiro porque havia saído do quartel cheio de armas para lutar contra a ditadura.

Conseguiram escapar do cerco no eixo Rio de Janeiro São Paulo e partiram para a Bahia. Iara foi descoberta e morreu em 20 de agosto de 1971 em um apartamento no bairro da Pituba em Salvador. O corpo passou pelo IML Lino Rodrigues na Bahia, mas o laudo sobre sua morte não foi encontrado. Apenas rascunhos assinados pelo médico legista Charles Pitex. No papel havia alguns detalhes como qual roupa que Iara usava, o

tipo de (ininteligível), mas não havia descrição sobre os seus ferimentos. No rascunho e no atestado de óbito o legista colocou uma interrogação ao lado da palavra suicídio.

A notícia da morte abalou a família. Tiveram que aceitar que a filha fosse enterrada na ala dos suicidas no Cemitério Israelita do Butantã. O que significava grande humilhação. Alguns familiares de Iara saíram do Brasil após sua morte.

Documentos oficiais e publicações. O Exército mencionou a morte de Iara no relatório oficial da chamada Operação Pajuçara. Diz o documento, no dia 19 de agosto de 1971 foi montada uma operação pelo CODI Seis para estourar esse aparelho, o que ocorreu ao amanhecer do dia 20. Resultando na prisão de Helena Sampaio Filho, Raimundo Orlando, e Nilda Carvalho Cunha, Adriana. Iara Iavelberg a fim de evitar sua prisão ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se.

Em 1993 os relatórios das Forças Armadas foram encaminhados ao Ministro da Justiça apresentando divergências nas versões apresentadas sobre essa morte. Enquanto da Marinha afirmou que foi morta em Salvador, Bahia, em ação de segurança, o da Aeronáutica dizia, se suicidou em Salvador Bahia, em seis de agosto de 1971, no interior de uma residência quando essa foi cercada pela polícia.

Providências posteriores. Somente na década de 1990 a família conseguiu iniciar a batalha para poder provar que sua irmã não tinha se suicidado, com o aparecimento de denúncias. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos registrou o depoimento prestado pelo jornalista Bernardino Furtado em 23 de setembro de 1997 no gabinete do então Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Belizário dos Santos Junior, no qual afirmou, quando entrevistou o Dr. Lamartine Lima visando obter informações sobre o laudo cadavérico de Lamarca, nessa ocasião o médico lhe relatou o seguinte, o Sargento Rubem Otero em consulta médica e estado grave de saúde confidenciou-lhe que participou do cerco ao apartamento de Iara Iavelberg e quando se encontrara dentro do apartamento, sem que a tivesse encontrado qualquer pessoa, perceberam que a porta de um dos cômodos se encontrava fechada. O Sargento teria disparado uma rajada de metralhadora contra essa porta. Não tendo havido qualquer reação dentro do referido cômodo o Sargento chutou a porta e ali encontrou uma mulher agonizando.

O depoente ouviu de Leonia Cunha, irmã de Lucia Bernadete Cunha que era hospedeira de Iara naquela época a seguinte informação a Sra. Evandir Rocha conhecida por Vanda, zeladora do edifício naquela época relatou a Leonia que ouviu a Iara gritar que se entregava as forças da repressão tendo em seguida ouvindo os tiros. Segundo a proprietária do apartamento, Shirley Freitas Silveira, havia sinais de outros três tiros no banheiro onde a Iara havia supostamente se suicidado com um único tiro. Vizinhos do apartamento também afirmaram ter escutado vários disparos e o grito de rendição de Iara. Na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, o primeiro requerimento para que o Estado reconhecesse sua responsabilidade quanto à morte de Iara foi indeferido. O segundo requerimento protocolado sob o número 072/02 foi aprovado por unanimidade quando a Lei passou a aceitar casos de suicídio de mortos em tiroteios. Com as denúncias reunidas e o grande esforço dos familiares, amigos e parte da comunidade judaica, foi possível conseguir da Justiça autorização para exumar o corpo de Iara e finalmente o novo laudo sobre sua morte. A sociedade Chevra kadisha, responsável pelo Cemitério Israelita do Butantã dificultou o quanto pode, mas a exumação aconteceu em 2003 com peritos da USP sob a supervisão do médico Daniel Romero Munhoz, e o novo laudo confirmou que Iara foi assassinada. Parte da sua vida foi contada no livro 'Lamarca, o capitão da Guerrilha', e no filme baseado no livro, do cineasta Sérgio Resende. A jornalista Judith Patarra dedicou longa investigação e escreveu o livro 'Iara, uma reportagem biográfica'. A real causa da morte foi registrada depois, os familiares puderam finalmente provar e tiraram Iara da ala dos suicidas. A mãe, Eva, que durante todo o tempo passou angustiada, morreu sem conhecer a verdade. As informações foram tiradas do dossiê Ditadura, Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil, do livro da Judith Patarra, 'Iara, uma reportagem biográfica', uma entrevista com familiares de Iara na revista Época, publicada em 29 de setembro de 2003, e uma matéria em uma reportagem do Fausto Macedo publicada no Estado de São Paulo em 23/09/2003.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos então suspender a tela e vamos começar a composição da mesa.

Então vamos começar a composição da mesa. Samuel Iavelberg, vem para cá, por favor.

Mariana Pamplona. Flavio Frederico. Tutinha Magaldi. Luiz Eduardo Greenhalgh, Dr. Daniel Romero Munhoz.

Queria convidar a Dodora Arantes pelo Conselho Regional de Psicologia para compor a mesa. Queria anunciar também a presença do Deputado Antonio Mentor. Ele e seu irmão José Mentor foram pessoas que conheceram e conviveram com a Iara. Vamos lá, quem começa, Samuel Iavelberg.

O SR. SAMUEL IAVELBERG – Eu queria só fazer duas correções ao que foi lido agora. Quando a Iara morreu, ninguém da família saímos do Brasil. Eu e meu irmão Raul já tínhamos saído do Brasil, éramos exilados quando ela morreu. Depois da morte, ninguém saiu. Primeira coisa que não está correta nesse informe. A segunda coisa com relação a quem ajudou a conseguir fazer a exumação, foi citada a comunidade judaica. A comunidade judaica não ajudou em nada. Foram duas únicas pessoas, o Sr. Rabino Sobel, e o Sr. Mauricio Windinks, que na época era diretor cultural do clube A Hebraica, que consumiu (ininteligível) um debate onde (ininteligível) participamos de um debate. A comunidade se omitiu o tempo todo. Nem a favor nem contra. Agora, quanto ao caso da Iara, eu gostaria de chamar a atenção porque aí passou meio rápido, a entidade Chevra Kadisha responsável pelo cemitério atuou o tempo todo contra a exumação, defendendo uma tese religiosa que judeus não podem ser exumados, e chegando ao absurdo no dia da exumação entraram com pedido e em menos de uma semana a exumação foi parada porque eles mentiram para o Juiz dizendo que naquele dia era um feriado judaico e que nós estávamos atrapalhando as atividades religiosas no cemitério.

O Luiz Eduardo Greenhalgh teve que sair voando até o Juiz e próprio Juiz que tinha concedido autorização para pararem com a exumação, deu um habeas corpus e nós continuamos com a exumação e o perigo de perder coisas valiosas na exumação, pelo tempo que ela ficou parada. Então, eles mentiram na Justiça dizendo que era um feriado

religioso, e omitiram na Justiça o tempo todo que a Iara tinha sido enterrada na área dos suicidas, para quem não sabe a área dos suicidas é a área final do cemitério, no muro do cemitério. Eles são enterrados de costas porque eles não têm a honra, não tem o direito de ver os outros mortos. Só que essa mesma entidade fez o cemitério crescer. Aí eles esqueceram as questões religiosas, o cemitério cresceu a tal ponto que o tumulo da Iara e dos suicidas da época, já estava no meio do cemitério. Era no meio. Não era mais na ponta, no muro. Aí a questão religiosa sumiu. Só estou contando essas coisas para dizer que essa entidade como todas as entidades de direita abertas e simuladas até hoje continuam lutando para que as verdades dos crimes da ditadura não apareçam. E não sejam nem discutidas.

O Luiz Eduardo travou uma luta judicial imensa contra forças poderosas e só depois de muita luta nós conseguimos uma exumação que judicialmente nós tínhamos todos os direitos. Eu só queria dizer isso. Para que nós não esqueçamos que a direita continua aí fazendo todo o possível para que esses crimes não apareçam.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado Samuel.

O Centro Acadêmico de Psicologia da USP tem o nome da Iara, tem dois estudantes aqui da psicologia a que vieram acompanhar o depoimento. Muito obrigado.

Queria passar a palavra para a Tutinha Magaldi é contemporânea da Iara na Faculdade de Psicologia. Tutinha, você poderia dar um depoimento, por favor?

A SRA. TUTINHA MAGALDI – Não contava que ia ser a segunda. Acho que não estou muito preparada ainda.

Eu fui contemporânea da Iara, que era uns três ou quatro anos mais velha que eu. Quando eu entrei no primeiro ano, a Iara já estava no Centro Acadêmico. Eu entrei em 67, mas muito rapidamente a gente se encantou uma pela outra e nós ficamos muito

amigas. Apesar de eu ser mais jovem, nós ficamos muito próximas, muito amigas. A gente tinha uma pequena divergência política, tanto que o meu grupo ganhou o da Iara na gestão seguinte do Centro Acadêmico da Psicologia. Nós disputamos contra a Iara e a Lola.

Mas mesmo assim nós mantivemos uma amizade muito densa, muito profunda durante todos os anos que foi possível à gente manter essa amizade. Fomos juntos para muitas passeatas, muitas reuniões. E a Iara foi se engajando mais densa e profundamente nas questões da luta armada. Eu fiquei um pouco na retaguarda, acabei não me engajando a luta armada, eu tinha algumas discordâncias em relação a essa posição, mas nós sempre nós mantivemos muito próximas. Mesmo durante o tempo em que a Iara esteve na clandestinidade, eu fui o ponto de contato entre ela e a Rosa, mãe da Mariana, porque a Iara me ligava de onde ela estivesse e nós conversávamos com muita delicadeza sobre se ela estava bem, se não estava, e nós tínhamos certos códigos nossos, se ela estava tomando muito sol, então eu sabia que ela estava na praia. Enfim, a gente tinha algumas maneiras de comunicação, e assim foi até o final da vida da Iara. Um pouco antes de a Iara ir para o Vale do Ribeira ela esteve na minha casa. O meu pai era médico e ela já estava na clandestinidade. E ela esteve em minha casa consultando o meu pai que também era uma pessoa de esquerda e prestou muita ajuda a muitas pessoas na ocasião, porque ela estava doente, eu não sei o que era, e meu pai era muito cioso do sigilo médico, eu nunca fiquei sabendo. Mas naquela ocasião eu conversei muito com a Iara. Meu pai tinha um consultório extenso, então ela ficava do lado de dentro da casa esperando o horário de ser atendida e nós conversamos longamente sobre a escolha que ela estava fazendo.

Ela já estava com o Lamarca. E me falou muito do Lamarca, me falou que pessoa encantadora que ele era, como ela estava de fato apaixonada por ele, como era uma paixão difícil de ser levada avante, porque a cada despedida poderia ser a última.

E ela não me disse o nome do Lamarca, mas eu de alguma maneira fui identificando quem era. Fiquei muito honrada porque ela havia dito que falava muito de mim para o Lamarca, e que a gente tinha um encontro futuro marcado e etc.

E nesse dia a Iara, bem, eu preciso fazer um parêntese, como duas mulheres, nós tínhamos desejos e vaidades que muito nos aproximava também. Eu tinha um casaco de

couro que a Iara gostava muito. E ela tinha uma aliança que é essa que eu estou usando, era uma aliança de ouro que tinha sido do primeiro casamento dela, e que ela usava como se fosse um anel. E de fato é uma aliança larga, nessa época estava na moda usar escravas, escravas de pulso, anel de pulso. E a Iara gostava muito desse anel.

E nesse dia que foi o último dia que eu vi a Iara, eu chamei um taxi para ela ir embora, e na hora de entrar no taxi ela tirou o anel dela e pôs na minha mão. E com uma frase que na época a gente achava graça porque a gente fazia uma certa pose para dizer, e tal. E ela disse assim, nós vamos nos encontrar no palanque da educação no dia em que a gente comemorar a vitória da revolução.

Porque ela sabia que eu queria fazer educação e também era um desejo da Iara, trabalhar na educação. Então, nós tínhamos essa liga e tal, e esse anel que eu usei durante muitos anos, hoje em dia eu não uso mais porque eu tenho um pouco de receio de perder o anel. E foi a única ligação. E profunda ligação simbólica que me ficou da Iara.

Mas eu queria falar um pouco da Iara que eu conheci antes da clandestinidade. A Iara era uma mulher muito inteligente, muito bonita, muito alegre, muito engraçada, a Iara tinha uma risada inconfundível, risada de rosto aberto e volumosa, a gente dava muita risada. Mesmo quando a gente estava indo para uma passeata ou fazer alguma discussão política, a Iara era uma mulher muito viva, muito cheia de vida, muito presente, muito engraçada, muito bem humorada, não era uma pessoa que tinha uma prevalência de algum assunto sobre outro. A gente falava de tudo.

É um pouco constrangedor, mas eu vou falar. Eu me lembro de uma vez que a gente estava indo para uma passeata, nós duas sentadas no banco de trás do carro de não sei quem, e sai uma conversa longa sobre depilação, se era com cera, se não era com cera, como é que fazia. Só para mostrar um pouco da Iara que era uma pessoa completa. Era uma pessoa inteira. Ela não fez uma especialização na vida dela. O tempo que eu convivi com a Iara, eu convivi com uma pessoa inteira. Que tinha uma parte política, uma parte mulher, uma parte amiga, enfim, falávamos de namorados, falávamos dos casos amorosos, e uma coisa que me impressionava muito é que a Iara era uma bela estudante. A Iara sabia psicologia. Ela me deu aula no cursinho, e começou lá. Ela era uma boa professora e ela de fato era uma estudiosa de psicologia. Ela sempre foi uma

pessoa, o tempo em que ela esteve dentro da universidade, ela sempre foi uma pessoa muito presente na discussão da própria psicologia. E bom, sei que quando ela esteve no Vale do Ribeira ela também trabalhou muito pela discussão política. Não só pelo exercício da militância, mas pela discussão política e ela era uma pessoa que tinha um respeito, eu sei disso por outras pessoas que estiveram no Vale do Ribeira, que o Lamarca tinha um respeito muito grande pela parte intelectual da Iara, pela sua capacidade de discussão nas questões teóricas sobre a revolução.

Eu penso que a minha contribuição a dar pela Iara era na valorização da Iara como uma pessoa completa. Uma pessoa inteligente em que eu lamentei muito, muito quando ela morreu. Quem me deu a notícia foi meu pai, não sei como ele sabia, mas meu pai era uma pessoa também muito ligada a outros militantes de esquerda. Foi ele que me deu a notícia antes de ser anunciada propriamente. E foi um tempo de muita dor para mim. Muito dolorido porque a Iara era uma pessoa que não era para ser perdida.

Penso que por hora era isso que eu posso dizer.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado, Tutinha. Quando você chegou você falou 40 anos nos separam. Eu estava fazendo as contas e o golpe já vai fazer 50 anos. Essa maldição ainda não foi embora.

Agora o bicho vai pegar. Agora Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, e Dr. Daniel Munhoz. Com a palavra, Luiz Eduardo.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH – Eu não posso começar a falar desse processo sem antes de público sinalizar e sublinhar a importância que a Comissão da Verdade na Assembleia Legislativa tem feito. Sob a direção do Adriano Diogo, dos demais Deputados e sua assessoria.

Eu tenho acompanhado meio a distância, pela imprensa, e tenho a obrigação moral de reconhecer a significativa contribuição que nesse momento tem o trabalho de vocês todos.

A segunda questão é o seguinte, eu fui contratado, procurado, pelo Samuel Iavelberg. A minha relação com o Lamarca é uma relação regional. O Lamarca esteve no Vale do Ribeira, eu tenho relações com a cidade de Iguape que faz parte do Vale do Ribeira, durante os cercos do Exército ao Vale do Ribeira, diversas pessoas foram presas na cidade de Iguape, pessoas amigas. Depois disso a minha relação no processo da auditoria militar, em que eu defendi o Pedro Logo de Oliveira, José de Araujo Nóbrega, no mesmo processo da guerrilha do Vale do Ribeira. Depois disso quando veio à família do Lamarca de Cuba, também todas as restrições que eles tiveram desde que desembarcaram no Brasil, eu os acompanhei profissionalmente e depois quando fui procurado pelo Samuel.

Então, é interessante esse caso. Acho que vai ser pouco tempo, mas eu quero fazer um pequeno resumo para vocês verem a dificuldade do caso e depois passar a palavra ao Sr. Daniel Munhoz.

Então, é assim, a religião judaica, o judaísmo proíbe a pessoa de se matar. Suicida não tem honra. Ele combate o principal dom que deus deu, que foi a vida. E ele recebe uma punição. No momento do seu enterro ele é enterrado de costas para os demais defuntos, e a cara virada para o muro. Aquilo que o Samuel disse, ele não tem a honra de conviver com os demais defuntos. Iara Iavelberg foi morta, mas o seu atestado de óbito dizia que a morte tinha decorrido de suicídio. Essa sociedade chamada Chevra Kadisha pegou o atestado de óbito da Iara e obrigou a família do Samuel a que ela fosse enterrada de costas para os demais defuntos e de cara virada para a parede do cemitério. O tempo passou e diversas circunstâncias foram esclarecendo o caso. E as dúvidas foram levantadas, e essas dúvidas começaram a trazer a certeza de que a Iara não tinha se suicidado, e ao contrário, a Iara tinha sido vítima de um homicídio. Então, nós arrecadamos todo esse material. O relatório do Ministério da Aeronáutica sobre esse assunto. Suicidou-se em Salvador na Bahia em seis de agosto de 71. Suicidou-se em uma residência quando essa foi cercada pela polícia. No Ministério da Marinha em um relatório dizia que ela foi morta em uma ação de segurança. No atestado de óbito da

Iara, firmado pelo médico legista Charles Pitex, pelo IML Lina Rodrigues aponta como causa principal da morte a transfixação do coração e pulmão esquerdo por projétil de arma de fogo.

Mas abaixo identifica no campo duração da enfermidade, o médico escreveu de próprio punho, morte violenta, entre parênteses, suicídio, fecha parênteses e uma interrogação.

Muito bem, a partir daí nós começamos a levantar esse médico, Charles Pitex já tinha morrido. Nós não conseguimos encontrar testemunhas da necropsia. E um jornalista que já foi citado aqui, Bernardino de Carvalho do Jornal O Globo, tomou para si essa investigação e foi atrás de diversas pessoas. Sobreviventes, vizinhos, pessoas que moravam no apartamento onde ela foi. E tomou o depoimento dessas pessoas e publicou em uma longa reportagem em um jornal O Globo. Em função dessa reportagem, como ele citava testemunhas que contrariava a versão oficial, mais a dúvida que o próprio legista tinha posto entre interrogações suicídio no laudo, nós resolvemos entrar com essa ação.

A dificuldade foi o tempo. A ação teoricamente estava prescrita. Opera contra a União Federal, os Estados e os Municípios, sua prescrição é quinquenal. Então, era de data da morte até cinco anos depois é que vale a prescrição. Então, nós achamos que nós deveríamos mudar essa concepção para evitar a prescrição. Então, o que nós fizemos. Pedimos a exumação do corpo dizendo, o documento diz que foi suicídio, mas o tempo passou, apareceram testemunhas e fatos novos que dizem que foi homicídio. Então, para ter a certeza de qualquer uma das versões, é necessário que nós exumemos o corpo.

E nós fizemos esse pedido, que era um pedido de antecipação de tutela. Bem, quando o Samuel veio falar comigo, ele já antecipava porque ele tentou conversar com as pessoas dessa Chevra Kadisha, mas ele começou a falar comigo, dizendo que nós não íamos ter nenhum tipo de colaboração dessa entidade. E eu confesso hoje que quando ele saiu, eu achei que ele estava exagerando. Hoje eu acho que ele está mitigando. Eles não só se opuseram como eles militaram contra. Eles fizeram um cerco ao Judiciário de São Paulo. Eles fizeram um cerco ao TJ de São Paulo para se opor a exumação. Muito bem, nós, distribuída a ação para pedir tutela antecipada, produção antecipada de provas, se desce o laudo homicídio, o nosso próximo pedido não era uma ação judicial.

Era um pedido administrativo para dizer à sociedade que dirigia o cemitério, Srs. agora está comprovado, é homicídio. Então, dá licença de tirar a moça daqui e por junto do mausoléu da família.

Então, eles se opuseram a exumação. E eles se opuseram a exumação, aqui eu não sei se tem estudante de Direito, mas esse é um caso que acho que as futuras gerações de advogados e nos cursos de Direito, vão estudar. Por quê? Porque é um caso do ponto de vista jurídico, um caso extremamente interessante. A Constituição brasileira estabelece que o Estado brasileiro é um Estado laico. Portanto, o Estado não se mete, não ingere, não determina, não se intromete na regra religiosa. Então, essa sociedade Chevra Kadisha não, nós não vamos deixar fazer. Nós somos contra a exumação primeiro porque está escrito no atestado de óbito dela que foi suicídio. Então, nós cumprimos a regra religiosa. Segundo que o Tribunal, a Justiça não tem condições de dar uma ordem que implique em um princípio religioso. A modificação de um princípio religioso. E nós perdemos a ação em primeira instância, nós apelamos. O TJ em um primeiro julgamento disse que o TJ estava proibido de intervir na questão da Iara porque se assim o fizesse, estava vulnerando um princípio constitucional que dizia a respeito ao laicismo do Estado brasileiro. E indeferiu. Bem, um só Juiz disse, se nós matarmos essa ação desde logo, eles não terão nem condição de provar a verdade ou de alterar a versão. Então, eu acho que a decisão do TJ de mandar fazer a exumação não interferirá na regra religiosa, porque se a exumação der suicídio, a menina fica onde está. Se a exumação der homicídio, pela obediência da regra religiosa a menina é transladada, então, conceder a possibilidade da exumação não significa ingerir nos princípios religiosos nem vulnerar o texto constitucional do Estado laico. Bem, com esse único voto nós fizemos os embargos infringentes e o tribunal depois reexaminou a questão.

Vejam vocês, que eu me lembre, você quando faz uma sustentação oral, você tem 15 minutos fazendo uma sustentação oral, o relator se pronuncia e o tribunal vota. É difícil você fazer uma apelação no TJ cuja discussão ultrapasse 40 minutos, 50 minutos. O processo já vem mastigado. E as decisões do tribunal que levam mais tempo do que essa meia hora, 40 minutos, referem-se a ações cujos valores pecuniários em julgamentos são astronômicos. Plano Real, isso leva tempo para discutir. Não sei o que lá, leva tempo. Esse caso você não tinha nem um pedido de indenização financeira. Era

teoricamente um caso simples, era o direito da família em ver exumado para corrigir ou não regra religiosa do sepultamento, local do sepultamento. Esse caso levou cinco horas e meia de discussão no TJ de São Paulo. Cinco horas e meia. Eu me lembro que ao final, porque o caso começa às 10 da manhã, quando já passou uma e meia, duas horas, os Desembargadores começam a ter fome, olhar no relógio, achar que está se alongando. Eu me lembro de um Desembargador no meio da fala de outro, falar, eu não estou entendendo isso aqui. Esse processo não diz respeito à indenização pecuniária. Esse processo não diz respeito ao mérito da representação. Esse processo é um simples pedido de autorização para fazer uma exumação. E por que nós estamos há tanto tempo aqui? E aí foram colhidos os lotes e nós conseguimos ter autorização.

Terminou aí? Não terminou aí. Mesmo com a ordem judicial, no dia em que nós estávamos fazendo a exumação, eles entraram com uma medida dizendo que nós estávamos interferindo na condução de um dia religioso dentro do cemitério. E nós tivemos que parar, vir de novo com autorização e conseguimos. Má vontade, hostilidade. A comunidade judaica, aqui eu quero falar isso, essas coisas são importantes. A comunidade judaica distante e contrária do problema. Uns dando de ombros a questão. Os outros militantes contrários. Nós só tivemos duas pessoas. O Maurício (? e o Rabino Henri Sobel.

Depois quando eu fui procurá-lo para fazer a exumação, o Professor Daniel Munhoz para ele ser o nosso assistente, o perito nosso, o perito da família para que a gente pudesse comprovar. E ele ficou quase oito meses montando osso por osso daquilo que a gente... Tirou na exumação, limpou tudo, eu me lembro de uma vez que eu fui à Faculdade de Medicina, ele remontou o esqueleto da Iara e fazia incidir luzes sobre os orifícios para comprovação do seu homicídio. Tanto que o laudo dele jamais foi questionado inclusive pelo Chevra Kadisha. Acho que é um dos melhores trabalhos periciais de médico legista que eu já vi nesse país em prol da verdade.

Nós estivemos no Rabino Henri Sobel um homem dedicado a nós. A cada vez que a gente levava uma paulada dessa Chevra Kadisha, a gente conversava com ele e ele, como Dom Paulo fazia conosco, nos encorajava. E assim foi. Até que a gente fez a exumação e o laudo comprovou homicídio. Mais uma vez a versão oficial da ditadura militar tinha sido considerada agora definitivamente falsa. E mais uma vez depois de

muitos anos se consegue estabelecer a verdade. E a última coisa que eu quero falar, essa decisão do caso Iara, está sendo usada no Brasil por outros familiares da comunidade judaica que tem tido os mesmos problemas. Eu nem sei se eu falei com você, Samuel. Acho que não. Eu fui procurado há uns três meses atrás pelo pai de uma moça do Rio de Janeiro. A mesma circunstância, os mesmos argumentos, a mesma coisa. E eu tirei xerox das petições que a gente fez, dos embargos, dos acórdãos e mandei para ele. E ele mandou na semana passada, foi o advogado dizendo que tinha sido valiosa a experiência anterior nossa, e que ele tinha conseguido também uma liminar obrigando a homóloga do Chevra Kadisha do Rio de Janeiro a fazer uma exumação.

Então, meus amigos, é isso. Eu queria que vocês ouvissem com tranquilidade e atenção o laudo, porque o laudo é talvez o que fez a pedra de (ininteligível).

Conseguido o pleito de fazer a exumação, o laudo pôs por terra a versão falsa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A família Iavelberg me pediu para dizer o seguinte, Dr. Luiz Eduardo nunca cobrou nenhuma espécie de honorário sobre esse brilhante trabalho. Muito obrigado.

Doutor Daniel com a palavra. Daniel Romero Munhoz, médico legista.

O SR. DANIEL ROMERO MUNHOZ – Boa tarde a todos. Inicialmente é uma satisfação estar aqui para expor o trabalho que realizamos nesse caso, e eu queria só fazer um ligeiro reparo. Eu fui nomeado perito por um Juiz de Vara Cível e na qualidade de Professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da USP.

Só fazendo a correção porque o termo médico legista normalmente é usado para o cargo público do IML. O médico que trabalha do IML, do qual eu tenho muita honra em dizer que fui durante muitos anos, médico legista. Mas esse é o nome da função. É o

título que recebe o cargo de quem trabalha no Instituto Médico Legal. Então, no caso só a correção de que não fui nomeado médico legista. Ou seja, não fui pelo Instituto Médico Legal. Eu fui pela Faculdade de Medicina da USP. Como a nossa atuação é eminentemente técnica, eu pediria vênua para a mesa para apresentar em datashow os dados para que pudessem entender, porque senão nós vamos falar naquela linguagem esotérica. Médica e médico legal pode ficar difícil.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, vamos lá.

O SR. DANIEL ROMERO MUNHOZ – Vamos começar com alguns dados históricos, um breve resumo na verdade, do que foi falado. A Iara Iavelberg foi companheira do Lamarca durante o movimento revolucionário e na década de 70, mais especificamente 1971 ela morreu em Salvador, Bahia. E foi enterrada no cemitério Israelita de São Paulo como suicida e, portanto, sem direito as honras fúnebres e tudo aquilo que já foi falado. Os familiares moveram uma ação cível contra o cemitério israelita através da qual pretendiam que o cemitério desse a Iara os mesmos tratamentos dados aos não suicidas. O cemitério negou-se a atendê-los porque alegava que tinha que obedecer as regras dos rituais religiosos, e são esses que determinam o tipo de tratamento a ser dado ao suicida. Os familiares não aceitaram e o cemitério alegou que essa era a versão oficial que lhes tinha sido passada, e, portanto era o que eles obedeciam. E, portanto, haveria uma versão oficial do suicídio. O advogado da família, Dr. Greenhalgh requereu a exumação dos restos mortais para tentar determinar a causa jurídica da morte da Iara, mais especificamente se ela teria ou não cometido suicídio.

Então, esse foi o motivo da nossa nomeação como perito. Para realizar a exumação e tentar determinar se a Iara suicidou-se ou não. No exame do local, nos autos não há, nós procuramos nos laudos e não encontramos nada sobre o exame do local, onde ela teria morrido. E apenas tínhamos fotos que foram trazidas pelos familiares. O laudo necroscópico também não havia nos autos, somente as fotos trazidas

pelos familiares. Foi solicitado cópia do laudo da Iara para o IML de Salvador. O IML de Salvador disse que não tinha mais as cópias do laudo, e que o laudo tinha sido entregue a Polícia Federal a época, em 1971, e que eles não tinham mais documentação a respeito.

Aqui são as fotos que estão no processo. Aqui o apartamento 201 onde a Iara estaria quando foi morta. Na verdade mais especificamente ela teria passado para o banheiro da empregada no apartamento vizinho. E aqui tem uma outra foto com a anotação sanitário da empregada onde Iara Iavelberg suicidou-se. Não sabemos quem fez essa anotação. Aqui o detalhe do banheiro com a marca de tiro no azulejo da parede. Aqui fotos com a necropsia da Iara. Cadáver já necropsiado. Notem que ele já está com a sutura feita após a autópsia.

Esses eram os dados que nós tínhamos e fomos então, o Juiz deferiu a exumação e nós fomos realizar em 2003. Notem que o sepultamento tinha sido em 71. Portanto, faziam já 32 anos. Então, na exumação aqui observando o cemitério israelita, aqui durante a exumação. A tampa do caixão havia afundado e a terra invadido o caixão. E aqui os ossos da Iara. O que nós encontramos depois de fazer toda uma pesquisa, porque uma das coisas que nós não sabíamos até a ocasião, é se ela tinha um tiro ou mais. Se nós encontrássemos, por exemplo, dentro do caixão algum projétil de arma de fogo, aparentemente ela só tinha recebido um disparo. Mas se tivesse dentro do caixão algum projétil, dois projeteis de arma de fogo. Se tiver só a ossada, mas dois projeteis, ela foi enterrada. Houve a decomposição do corpo e só restaram os ossos e o que não foi decomposto. Se tivesse dois projeteis estava resolvida a questão. Mas não encontramos nada. E no exame da ossada encontramos uma fratura do osso esterno. Aí precisa, é preciso ter um certo tato porque de repente eu encontro fratura. Será que ela teve algum espancamento? Não.

Essa fratura do osso esterno pelas características está difícil. Dá para apagar a luz? Se der, talvez dê para ver que é uma fratura impactada. Essa parte inferior entra um pouquinho embaixo da tábua óssea da superior. Essa imputação é comum para um legista saber que durante a autópsia, quando se faz a abertura do tórax, se levanta o plastrão. Se não houver uma desarticulação adequada das clavículas, na hora que se faz esse levantamento, se essa parte de cima está fixa, então você pode quebrar exatamente

nessa altura. Então, isso aqui provavelmente é um artefato de necropsia. Na hora da abertura do cadáver, provavelmente o auxiliar de necropsia não articulou corretamente o esterno nas clavículas, e, portanto quando levantou houve essa imputação aqui. E havia ainda mais um outro artefato aqui, no 9º ou 10º (ininteligível) havia um desgaste ósseo em forma de uma meia lua. O que normalmente corresponde à passagem de projétil. Como isso está na porção posterior, aqui estaria à coluna vertebral então isso aqui depois nós vamos ver que coincide com a saída de um projétil de arma de fogo. E coincidia realmente com a saída porque aqui há uma pequena, a lesão aqui é pequena, na parte posterior, na parte de traz a lesão é maior. Então, é sinal que foi de dentro para fora. Portanto, foi à saída do disparo.

Com esses dados, o que é que nós tínhamos? Pela altura que estava à saída, foi um tiro no tórax, mas nada mais do que isso. Nós não tínhamos elementos para concluir sobre a causa desse disparo. Ela recebeu um disparo, porque o tiro saiu no tórax. Mas se foi homicídio ou se foi suicídio, com esses dados nós não tínhamos elementos. E ficamos então em contato com o Dr. Greenhalgh, para saber se tinha um outro elemento que pudesse auxiliar na interpretação desses dados. Algum outro dado. Aí então tivemos dele a informação de que isso estava sendo levantado, e que havia sido encontrada alguma documentação. E aí então nos chegou via Juiz essa documentação que havia sido encontrada, e essa documentação foi na verdade os dados, alguns dados, alguns rascunhos relativos ao pedido de necropsia, ao atestado de óbito e ao rascunho do laudo necroscópico feito pelo Dr. Pitex. Pelo médico legista que fez a necropsia da Iara. Isso é o pedido feito pela delegacia. Quando o delegado solicita a autopsia ao IML, ele manda ao IML esse pedido. E chamava a atenção aqui que havia vários locais onde havia sido ignorado, dados ignorados, e que por cima depois havia sido escrito alguma coisa. E é uma segunda coisa que chamava a atenção aqui. Quando o delegado solicita a autopsia, ele coloca quais dados ele tem a respeito do caso, então, aqui no caso notem que o pedido de autopsia feito no primeiro Distrito Policial, primeiro Distrito Policial de Salvador anotava aqui a suspeita do delegado, mas está aqui. Gênero da morte, natural ou violenta? Se violenta, foi suicídio, homicídio, acidente de veículo? E foi assinalado no pedido do primeiro Distrito Policial, suicídio. Então, quando o legista recebe o corpo, recebe junto esse pedido dizendo...

E notem que foi colocado, aparentemente aparece aqui que tem alguma coisa... Essa interrogação está embaixo, não está na frente. Então, não sei se essa interrogação se refere ao suicídio ou não. Mas de qualquer modo a delegacia de polícia recebeu a informação e pediu a autópsia como sendo um caso de suicídio. Ou seja, quando se fala em versão oficial. Documentalmente, para nós o que chegou da versão oficial é isso aqui, é o pedido da delegacia.

O atestado de óbito que foi citado aqui, no atestado de óbito o Dr. Pitex colocou como causa da morte principal transfixação do coração e pulmão esquerdo por projétil de arma de fogo. E morte violenta, e ele interroga o suicídio. Ou seja, o Dr. Pitex recebeu a informação da delegacia que se tratava de um caso de suicídio. Só que ele fez a autópsia, depois da autópsia no atestado de óbito a informação que ele recebeu, ele pôs sob interrogação. Então, na verdade o médico legista levantou suspeita que pelos achados que ele tinha não batia com suicídio. É isso que significa esse tipo de achado.

E aí está o exame. Na verdade isso aqui é o rascunho do laudo do Dr. Pitex. E nesse rascunho do laudo ele faz uns esquemas onde ele anota aqui nos esquemas algumas coisas, e já vamos ver o que ele anotou. E aí nesse rascunho do laudo ele vem aqui no que o Dr. Greenhalgh falou e anota, suicídio, e interrogado.

Então, ele interroga a informação que ele recebeu que se tratava de um caso de suicídio. E por que é que ele interrogou ali? Então, vamos ver. Vamos dar uma olhadinha em distância de tiro. Só que agora eu preciso um pouquinho da paciência dos Srs. para que os Srs. entendam. Em uma necropsia a gente avalia que distância foi dado o tiro, pelos achados, pelos resíduos que o disparo de arma de fogo deixa no cadáver. Então, só explicando melhor. Quando é feito um disparo de arma de fogo, sai o projétil, atrás do projétil saem partículas. O projétil quando passa dentro da arma ele se atrita com a parede e nesse atrito alguns fragmentos são retirados do projétil e são jogados atrás do projétil então. Além disso, grãos de pólvora que não pegaram fogo também saem. Então, são essas partículas. Essas partículas atingem uma certa distância. Normalmente de dois a três metros. Mas que penetram na pele até uns, entre 60 e 70 centímetros para as armas comuns, essas partículas conseguem penetrar na pele.

Além disso, sai junto, essa faixa branca significa fuligem. A pólvora que queimou sai como fuligem, e essa distância que essa fuligem alcança geralmente até 20,

30 centímetros, eventualmente até 70 centímetros. E sai junto disso aqui quando é feito o disparo a pólvora que está em combustão sai na boca da arma como fogo. Então, esse fogo geralmente alcança de oito a 10 centímetros. Então, dependendo de onde estiver a vítima, ela pode ser atingida só pelo projétil, só pelo projétil e pelas partículas, pelo projétil, pelas partículas e pela fuligem, pelo projétil, pelas partículas, pelo fogo e ainda pode haver uma outra modalidade de tiro que é quando a arma está firmemente apoiada na pele da vítima. A boca da arma está firmemente apoiada na pele da vítima. E aí nós vamos chamar a distância de tiro, está aqui um outro esquema com a distância toda que mostramos. Nós vamos chamar de tiro a longa distância quando a vítima é atingida só pelo projétil. Tiro a média distância quando a vítima é atingida pelo projétil e as partículas. Tiro a curta distância quando a vítima é atingida pelo projétil, pelas partículas e pela fuligem. Tiro a queima roupa quando a vítima é atingida pelo projétil, pelas partículas, pela fuligem e pela chama. E o tiro de contato quando a boca da arma está apoiada na pele da vítima.

Bem, isso vai levar então, tiro a longa distância. Quando o tiro é a longa distância só o projétil atinge. E quando ele bate na pele, ele passa, ele deixa um orifício e em volta uma área que a gente chama de contusão enxugo ou escoriação enxugo, mas alguns legistas chamam de zona de queimadura.

Só isso é encontrado no tiro a longa distância porque só o projétil atingiu. Então, é isso aqui. É um buraco com uma zona em volta com uma contusão enxugo. No tiro a média distância a vítima é atingida pelo projétil e pelas partículas. Mas não pela fuligem.

Então, vai acontecer isso aqui. Eu vou ter o buraco com aquela zona de contusão enxugo produzida pelo projétil e as partículas, se o tiro foi dado até uns 50, 70 centímetros, elas se incrustaram na pele e faz aquilo que a gente chama de tatuagem. A curta distância, em cima dessa tatuagem vai ficar a fuligem. Então, fica esse esfumaçamento, como se fosse à fuligem se impregnando. Notem que embaixo tem partículas que estão fazendo a tatuagem. E no tiro a queima roupa além de tudo isso ainda tem a chama. E a chama ao atingir a vítima faz com que a pontinha dos pelos fica chamuscada. Isso é tiro a queima roupa. E finalmente no tiro de contato a boca da arma está apoiada na vítima e quando saem os gases, os gases entram na pele e explodem no

subcutâneo, jogando a pele da vítima contra a boca da arma. Isso aqui. A pele é jogada para fora e fica toda virada para fora. Bem, como é que é um tiro suicida. Um tiro suicida a vítima encosta a arma. Então, esse aqui é tipicamente um tiro suicida. Porque a vítima encosta a arma para poder fazer o disparo. O gatilho tem uma certa resistência. Se ela não encostar, ela não tem firmeza para acertar onde ela quer. E a vítima quer morrer, mas ela não quer ficar sofrendo, agonizando. Então, ela encosta a arma no local onde ela acha que o tiro é fatal. Por isso, tiro suicida também não é dado através das vestes, porque a vítima abre as vestes para encostar diretamente na pele aonde ela acha, no local que ela acha que é o ponto mortal. Se ela puser através das vestes ela não vai saber onde ela está pondo, não vai ter a mesma conexão.

Então, tiro suicida é tiro de contato e diretamente sobre a pele. Então, essa é a característica do tiro suicida. Rarissimamente nós teremos no tiro suicida o tiro a queima roupa, que é onde já está há mais de cinco centímetros. O sujeito vai se suicidar e bota a arma lá. Não dá. Ele bota a arma próximo. Normalmente é de contato. Mas, rarissimamente pode não ser de contato, mas aí é muito perto. É o tiro a queima roupa.

Com esses dados então agora nós podemos analisar o que é que o legista, o Pitex encontrou. Aqui é o tiro suicida. É quando bate o tiro suicida, normalmente aqueles lugares onde os gases explodiram forma uma cavidade entre a pele e o osso. É chamado de câmara de mina de roffmann. Aqui esses gases jogam a pele para fora, e ficam as bordas invertidas. Aqui é para mostrar como é que fica o orifício todo sujo no tiro de contato.

Agora vamos ao que o legista disse. Desculpe, eu sei que os slides são meio pesados, mas agora nós podemos analisar o que foi visto pelo legista. Ele colocou aqui, ele anotou esse orifício, e o que ele escreveu sobre esse orifício? Entrada, orifício, projétil de arma de fogo circular, bordas deprimidas, ou seja, as bordas estão para dentro, o que não corresponde a um tiro de contato, em que as bordas estariam para fora. Oito milímetros de diâmetro. É mais ou menos o diâmetro do projétil. Quando essas bordas são jogadas para fora, elas ficam enormes, o buraco fica muito grande. Além disso, anotou aqui um orifício de saída com 15 milímetros, exatamente naquela altura que nós encontramos aquela lesão na costela. Bem, só que, portanto, pela descrição do legista, isso não corresponde a um tiro suicida. Daí o motivo pelo qual ele

deve ter feito à interrogação na informação que recebeu, de que havia sido um suicídio. Só tem um problema, ele descreve que ela estava vestida com uma calça de algodão e um suéter com mangas compridas, marrom, número 46 de tecido de aralon. E, portanto, ela podia ter recebido, o disparo pode ter sido feito através das vestes. E aí o grande problema. Se ela recebeu um disparo ou se ela fez um disparo não diretamente sobre a pele, será que esse tecido seguraria aqueles elementos todos e, portanto, só atingiria a pele do projétil e daí ficaria então compatível com aquela descrição, mesmo sendo um tiro encurtado ou a curta distância, poderia o tecido ter segurado esses tecidos todos e só ficar o orifício produzido pelo projétil. Então, essa foi a grande dúvida que nós tivemos. E agora, como nós vamos saber se esse tecido segurou ou não os resíduos. Nós vamos tentar fazer uma prova.

Tentar obter esse tipo de tecido aralon, e fazer disparos para ver se esse tecido segura ou não os resíduos. Problema. Procuramos fábricas de tecido, procuramos comerciantes e de todos eles recebemos a mesma informação. Isso é um tecido da década de 60 e 70 que não é desde então mais fabricado. O Senhor não vai encontrar mais esse tecido em lugar nenhum. Aí nós procuramos fazer uma pesquisa para saber qual o tecido mais semelhante a esse e qual é aquele que teria uma textura mais próxima dessa. De modo que a gente pudesse fazer testes com tecidos semelhantes a esses. E no final resolvemos fazer com vários tecidos, alguns semelhantes a esse e alguns fora, que não são tão semelhantes.

E fizemos então disparos experimentais, conseguimos vários tecidos, fizemos disparos experimentais em cartolina branca, recoberta com esses tecidos, só que como o tiro foi, o que nos interessava era o orifício na pele, então fabricamos um artefato com madeira compensada, e colocamos pele de porco, toucinho, entre as partes da madeira compensada, recobertas pelo tecido e fizemos então os disparos. Aí está como nós fizemos experimentalmente. E aqui, esse é um dos tecidos mais próximos do tal aralon. É a elanca Jersey. No tiro encostado nota que ela realmente segura bastante resíduos, entretanto as bordas são invertidas e fica toda aquela fuligem na roupa. Coisa que o legista não deixaria de ver que na roupa haveria uma lesão desse tipo. Aqui na cartolina. Aqui o mesmo tecido.

Além disso, olha o que acontece no subcutâneo. Ao examinar, e certamente ele viu, o legista abriria, e o legista pesquisa isso normalmente, ele veria essa lesão enorme no subcutâneo mostrando que era um tiro de contato. Coisa que ele não escreveu, portanto o cadáver não devia apresentar isso aí.

Além disso, mesmo assim está aqui sobre a pele na pele embaixo nota que apesar de o tecido segurar o resíduo, na pele embaixo dá para notar que o resíduo atinge. E outros então, aqui tem aquela escoriação enxugo pequena aqui, e essa aqui é a zona de resíduo de esfumaçamento e tatuagem. Portanto, mesmo que tivesse sido através da blusa, ela deveria ter na pele esse tipo de resíduo. Coisa que não tinha. Então, ficou simplesmente na pele, na pele o que o legista descreveu foi um orifício e a lesão da queimadura ou contusão enxugo que é produzida unicamente pelo projétil. Portanto, isso não foi nem tiro de contato nem a queima roupa porque deixaria aqueles resíduos, como nós mostramos experimentalmente. Se não tem o resíduo, é porque esse tiro tem uma distância tal que esses elementos não atingiram, não passaram através da roupa. Portanto, tudo indica que isso foi um tiro que nós chamamos, a longa distância, provavelmente, não dá para chutar números aqui, mas o tiro a longa distância é uma distância maior que o que esses resíduos alcança. Certamente, mais de 50, 60 centímetros de distância. Isso é o que nós temos a apresentar, que é simplesmente técnico.

Conclusão que nós chegamos, o nosso laudo então por esses experimentos todos que fizemos nós concluimos que primeiro, aquela interrogação de suicídio feita pelo legista certamente é porque ele não encontrou aqueles elementos que normalmente se encontra em um tiro suicida. Ele recebeu uma informação de suicídio, mas não encontrou elementos para confirmar. Por outro lado, os testes que nós fizemos mostram que o que ele descreve não é compatível com suicídio. É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado Dr. Munhoz.

Vamos recompor a mesa. Agora a Mariana e o Flavio Frederico vão apresentar. A Mariana é sobrinha da Iara, filha da Rosa Iavelberg, e o Flavio Frederico fizeram um

trabalho de documentário. Luiz, muito obrigado. Dr. Daniel, muito obrigado. Foi muito importante esse trabalho dos legistas porque toda vez que fala legista a gente só associa a Harry Shibata, Isac Abramovich. Então Dr. Munhoz, muito obrigado.

Por essa reinterpretação, ela recebeu apenas um tiro, só um tiro no peito? Não foi pelas costas? É um tiro no peito. Bom, depois se houver mais algum esclarecimento... Bom, Mariana e Flavio Frederico, depois você dá um fechamento pelo CRP, Dodora. Mariana começa.

Vamos passar o filme.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH – Eu queria pedir licença, a Comissão da Verdade da OAB tem uma reunião agora às cinco da tarde para o qual inclusive o Deputado Adriano Diogo estava convidado. Mas eu vou ter que me retirar por isso. Vou ficar mais algum tempo que eu estou calculando o tempo de chegar na Praça da Sé. Mas eu vou pedir permissão para sair. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado. Só quero esclarecer. Doutor Luiz Eduardo está indo para a reunião da Comissão da Verdade da OAB por causa que o prédio da auditoria está na eminência de ser entregue para a Guarda Civil Metropolitana. Para que a gente não passe mais um vexame e para que a gente não perpetue a ditadura, Luiz Eduardo vai lá à Comissão para tentar reverter essa pauta. A diretora do Patrimônio da União está sugerindo sexta-feira às nove horas da manhã uma reunião no Patrimônio da União. Muito obrigado mesmo por ter trazido o Dr. Munhoz. Obrigado por tudo.

Vamos lá. Agora são vocês dois.

A SRA. MARIANA – Oi. Eu sou Mariana. Filha da Rosa Iavelberg que era irmã caçula da Iara. Eu não conheci a minha tia porque minha mãe estava grávida de três meses quando ela enterrou de uma maneira muito triste a irmã dela. O caixão veio lacrado, pouquíssimos familiares presentes, polícia para todo lado. Minha mãe tem uma lembrança muito triste desse dia, e ela estava grávida de mim. Então eu nasci sete meses depois, fiquei muito ligada a minha avó que nunca se recuperou dessa perda, nunca se recuperou da perda da filha que ela amava demais. Meu avô também, meus tios que estavam exilados também. Não tem o que pode ser feito para que se traga a vida da Iara de volta. Então, a gente faz o que pode e todo mundo aqui está fazendo o que pode. Mas a dor dos familiares, essa dor vai ficar para sempre. Não tem jeito. Então, eu e o meu marido, o Flavio, a gente tem uma produtora de cinema que se chama Kinoscópio. E a gente decidiu há sete anos atrás, fazer um documentário sobre, a princípio seria como a ditadura fez para encobrir essa ação, e como seria a nova versão e quais foram as reais circunstâncias da morte da Iara. Então, o filme se focaria mais na parte da viagem da Iara com o Lamarca, para a Bahia, tentando refazer esse percurso nos mínimos detalhes, e todos os detalhes do percurso da morte dela.

Então, enquanto a gente ia construindo essa nova versão, a gente ia destruir a versão dada pelos militares. Só que o filme, esse processo foi muito longo, a gente ficou sete anos colhendo muitos depoimentos, e a gente percebeu que a gente precisava falar sobre a vida da Iara, quem foi à Iara, quem é a Iara, os amigos de juventude da Iara. Então, o filme virou uma coisa um pouco maior do que só se focar nessa questão da morte, do assassinato dela. Que também é importante porque por incrível que pareça, muita gente ainda acha que a Iara se suicidou. É incrível. Bom até a própria Folha de São Paulo há pouco tempo atrás publicou uma matéria, depois que o laudo já tinha sido inclusive, depois que o laudo já tinha sido exposto a imprensa e tal, publicou uma matéria que era sobre o Lamarca, sobre aquela questão se a mulher deveria ou não receber o soro, mas depois tinha uma pequena materiazinha sobre quem foi à Iara, e nessa matéria tinha uma pequena materiazinha falando que a Iara tinha se suicidado.

Então, muita gente ainda duvida que ela tenha sido morta. Então, o nosso filme vai um pouco nessa direção pegando testemunhos e tal. Tem o Dr. Munhoz que participa do filme, que é importantíssimo porque ele reconstitui para a gente toda essa, ele dá essa aula no filme, mas a gente também tem o depoimento de muitas outras

peessoas, inclusive a Dona Shirley que era moradora do apartamento onde a Iara morreu, e ela disse que ela entrou lá e viu outros tiros, não só esse tiro, mas ela viu outros tiros, no teto. E esse depoimento está presente no filme também, assim como depoimentos, depoimento da Mariluce que conta que foi entrevistar, logo depois do cerco ela foi fazer uma entrevista e conseguiu falar com uma vizinha que tinha ouvido os gritos da Iara de rendição.

Então, a Mariluce escutou os gritos da Iara, eu me rendo, eu me entrego pedindo, enfim. Para se entregar. E outros depoimentos também importantes que vão destruindo a versão dada pelo regime militar, à versão de suicídio.

Vou passar para o Flavio que é o diretor do filme.

O SR. FLAVIO FREDERICO – Bom, como a Mariana já narrou, só acrescentando alguns detalhes, a gente começou o filme nesse ponto. É interessante como a história vai sendo contada aos poucos em diferentes fases. A gente até comentou ontem, primeiro ela vem correndo, aí vem o livro da Judith, aí vêm às matérias que foram citadas tanto pelo Greenhalgh quanto pelo Melo, a questão do Bernardino Furtado, que fez a matéria no Globo, e aos poucos vai surgindo à narrativa, e depois vem o processo todo, a exumação, e a gente começou o filme no reenterro da Iara. Vou chamar assim, quando foi o enterro dos restos mortais dela ao lado da família. Então, ali foi à primeira gravação do filme. A gente foi com câmera própria. Foi uma câmera semi amadora e começamos a gravar ali, e aos poucos a gente depois foi conversar com o Melo, aos poucos o filme foi ganhando corpo. Quatro anos sem patrocínio nenhum, com esforço próprio, e aí o projeto surgiu, primeiramente chamado Suicídio. E aí a gente teve um patrocínio e aí depois a gente foi indo adiante e o que é interessante, é que com esses depoimentos que a gente foi colhendo, quer dizer, o filme acompanha a Mariana investigando as circunstâncias da morte da tia, e aos poucos ao longo dessa trajetória a gente percebeu também que precisava narrar um pouco quem foi à Iara, obvio que a gente precisava ser um pouco conciso em relação ao filme. A gente entrevistou a própria Tutinha que está aqui, que deu um depoimento belíssimo, mas a gente precisou ser um pouco conciso para fortalecer essa história. E a gente descobriu alguns detalhes

que só foi fortalecendo tudo isso que o Dr. Munhoz já tinha comprovado ali com a questão científica. E a gente foi também percebendo algumas pequenas lacunas ou mentiras, por exemplo, a gente investigou muito tudo da narrativa oficial. E a gente descobriu que quase tudo da narrativa oficial até que está certa, e que realmente o que não bate é a questão do tiro ter sido suicida. Por exemplo, durante muito tempo a gente questionou essa história de que tinha um menino que tinha descido e que tinha voltado depois, porque supostamente teria entrado no apartamento 201 e não teria encontrado a Iara, que tinha pulado para o apartamento 202. Em um primeiro momento a gente questionou. Será que ela pulou para o 202? Até porque as fotos que a gente encontrou, as fotos que o Munhoz mostrou do sanitário, se você observa, ela está rasurada as fotos do 202. Era 201 que eles escreveram. Aí a gente começou, será que essa não era uma questão? E isso que é interessante do documentário. Você vai montando um quebra-cabeça com pequenos depoimentos que você vai encontrando.

E aí a gente percebeu que não, que ela pulou mesmo. Até porque na época o prédio foi muito modificado. Foi muito difícil entrar no prédio. O prédio foi todo modificado. Não sobrou nada igual. Nem a fachada, nem a portaria, nada. E o síndico do prédio não deixou a gente entrar. E nenhum morador queria receber a gente, e por sorte a gente conseguiu o contato da pessoa justamente o apartamento 201 que era ao lado do aparelho. E essa pessoa deixou a gente entrar no prédio, gravar no prédio, gravar no apartamento. E fomos lá, gravamos, e depois a gente achou a Dona Shirley, que era a proprietária do apartamento 202 que era onde a ela morreu. E vendo as fotos, que até o Munhoz nos mostrou também na época e a Dona Shirley contando, a gente percebeu que era muito fácil pular de um murinho para o outro. A gente podia pular inclusive para o primeiro andar. Atrás do prédio tinha um terreno baldio e o mar. E era terreno baldio sem proteção nenhuma. A gente também teve acesso através do arquivo nacional de Brasília a um arquivo muito importante. A gente teve acesso a milhares de documentos graças a deus, e a essa abertura que teve no que foi liberado uma parte dos documentos secretos, então a gente teve acesso a esses documentos. Curiosamente faltou o laudo, não estão lá algumas coisinhas, mas vieram algumas coisas. E principalmente está lá e é muito importante um documento que tinha sido citado pela Presidente, pela Diretora do grupo Tortura Nunca Mais na Bahia, que ela tinha visto lá

dentro e não tinha podido xerocar na Polícia Federal que era um relato interno da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – (inaudível – fora do microfone).

O SR. FLAVIO FREDERICO – Diva Santana. Ela está no filme também. E nesse relato que ela contava, o que era importante desse relato era que estava escrito que ela dizia para os agentes, eu me entrego. Que coincidia com o depoimento da zeladora, enfim, e alguns relatos de moradores. Estava escrito nesse documento. Então, nós ficamos muito atrás desse documento. Não conseguimos acesso a Polícia Federal da Bahia, ainda bem que veio nessa leva esse documento que foi feito pelos agentes que fizeram. Era um documento interno da Polícia Federal que eles fizeram na nossa ação com a polícia. Então, na nossa interpretação parecia mais próximo de uma realidade que a gente podia chegar. E ali ele descrevia tudo isso e descrevia a história do menino. Será que nesse curto espaço de tempo os caras inventariam um personagem?

A SRA. MARIANA – E por que inventariam também. Qual o motivo?

O SR. FLAVIO FREDERICO – Qual é o motivo de inventar esse personagem? E aí sim eles escreviam ali detalhadamente, quando eles descobrem o cerco, que eles mandam gente lá dentro do apartamento, quando o cara foi

(ininteligível) o apartamento, foram muitos detalhes que a gente foi descobrindo, e depois vamos ter que contar mais detalhadamente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Antes eu quero que me fale quantos minutos nós vamos poder ver, quanto é o tempo, e quando vocês vão lançar?

O SR. FLAVIO FREDERICO – O filme é inédito ainda. Eu não posso mostrar para vocês. O filme vai estrear agora em abril, no festival ‘É tudo verdade’. E o filme tem 91 minutos. Então, eu sou proibido de mostrar enquanto não tem essa exibição no festival. O filme tem que ser inédito em qualquer espectro. Então, a gente trouxe aqui um cromo, uma espécie de um trailer de três a quatro minutos só para dar um saborzinho, porque a gente não pode mostrar, infelizmente. Assim que passar no ‘É tudo verdade’, a gente pode exhibir o filme, a gente doa o filme para vocês utilizarem, ele é muito rico, só que como eu te falei, o filme também é sintético.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos lá. Nós vamos fechar a sessão com a imagem do filme.

Vamos ver, a Marluci fala um pouco. A companheira Marluci é baiana, companheira de um desaparecido político.

O SR. FLAVIO FREDERICO – Deixa só eu falar uma coisinha. Só fechar a história do menino que isso é importante. Os outros detalhes todos a gente conta depois,

mas o tal menino, quando a gente teve acesso aos documentos a gente falou, gente, esse menino existiu.

E no documento tinha o nome do cara, e a gente começou a pesquisa. A Mariana é meio medical detective, como fã de programas, ela ficou enlouquecida atrás do cara, e a gente achou o cara. Esse menino na verdade seria a última pessoa que viu a Iara com vida. Pelo relato oficial eles entram no apartamento, descem, ela está escondida no 202, eles jogaram um monte de fumaça, a polícia já vai embora, etc. e aí a polícia manda que os moradores vão embora e para evacuar do gás lacrimogêneo. E esse menino sobe. E quando ele vai abrir a porta do quarto de empregada que tinha um basculante atrás que era justamente o que dava com a área de serviço 201 por onde a polícia invadiu, ele dá de cara com a Iara com uma arma na mão, e ela pede silêncio para ele. Aí ele fecha a porta, desce, e não fala imediatamente para a polícia. Por isso tem uma lacuna aí de tempo que sempre intrigou a gente. E aí a Mariana achou o cara. Conversou com ele pelo telefone, ele foi muito reticente no primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Qual é o nome do menino?

A SRA. MARIANA – José Artur Bagatini.

O SR. FLAVIO FREDERICO – Não é mais um menino.

A SRA. MARIANA – É. E na verdade era ele mesmo. E ele prometeu dar um depoimento para a gente. Só que ele nunca deu esse depoimento. A gente ficou meses, e meses, e meses esperando. A gente tentava e desmarcava. E a gente deu só um depoimento por telefone. No final ele se arrependeu de dar o depoimento. Disse que a família não estava concordando, mas enfim, ele contou a história, confirmou que era ele o menino mesmo, confirmou a história e contou a versão dele por telefone. Já foi alguma coisa.

O SR. FLAVIO FREDERICO – Que batia com o relato oficial. O relato oficial já não era aquelas coisas de policial. Eles falavam, por que será que ele demorou tanto. Ele estava meio confuso porque o pai não estava lá. E na verdade não era isso. Ele ficou em dúvida sobre o que fazer. E ele contou primeiro para a mãe e a mãe também não sabia o que fazer, ficou apavorada, contou para o tio, e o tio passou para alguém da polícia. Supostamente o Coronel Luiz Artur já estava em casa quando avisaram, e aí voltaram, e aí sobem lá e foram para o apartamento. E aí pelo documento oficial eles falam que quebram o vidro do basculante para jogar uma granada lá dentro de gás lacrimogêneo, que não explode no primeiro momento. E aí tinha relato de pessoas também que dizem que ela diz ‘eu me entrego’. E aí no relato oficial ela se suicidou depois de dizer, eu me entrego. Coisa um pouco curiosa. E isso foi na fase final do filme. Já era para ter terminado o filme quando apareceu. E a gente ficou esperando, segurando para terminar o filme na esperança de poder entrevistar ele. Agora, você vê que o medo ainda está presente, porque para ele ainda fica essa questão do medo. A Dona Shirley ficou totalmente confusa. Ela era totalmente esclarecida também no telefone, e quando chegou a Salvador ela ficou totalmente confusa, a família não quis nem ver a equipe de filmagem, foi uma coisa... E no prédio a gente foi recebido daquele jeito. Você vê que as pessoas ainda estão...

A SRA. MARIANA – Mas no final ela acabou dando o depoimento e mesmo intensa, nervosa, ela deu o depoimento.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – (inaudível – fora do microfone).

O SR. FLAVIO FREDERICO – Em busca de Iara.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Só repete a passagem do menino, você falou muito rápido.

O SR. FLAVIO FREDERICO – Desculpe. Então, depois que já tinha sido evacuado o apartamento 201, já tinham sido presos os ocupantes, eles não sabiam que a Iara estava lá. Eles sabiam que era o aparelho, mas eles não sabiam que a Iara estava lá. E quando o informante da polícia vai para fazer o conserto do encanamento, a Iara está escondida. Então, ele não vê a Iara. Então, eles invadem e acham que não tem mais ninguém. Então, eles mandam e acabou a operação. Eles estão acabando com a operação quando eles mandam os moradores subirem para abrirem as janelas para sair a fumaça, porque eles entraram com muita bomba de gás lacrimogêneo. E inclusive parece que estava ventando do mar para a terra. Voltou tudo. Por isso até foi meio difícil.

E aí nesse momento que o menino sobe para o apartamento do vizinho e quando vai abrir a porta do quarto de empregada que tinha um basculante que ele ia subir, ele dá

de cara com a Iara. Por isso era importante o depoimento dele. Ele dá de cara com a Iara em um dos últimos minutos de vida.

E aí eu fiquei inconformado de não conseguir pegar. A gente tentou de tudo. E ela fala assim, para ele fazer silêncio, e ele fecha a porta. E ainda tem o detalhe de que a porta estava com a lingueta quebrada e não abria por dentro. Que a gente também não sabe se isso é verdade ou não. E aí ele desce, fica nervoso, não sabe o que fazer e avisa a mãe. E a mãe avisa o tio. O tio avisa a polícia. A polícia volta. Invade o apartamento 202 e aí fala, e tem uma troca de informações que ela está armada lá dentro. E aí a polícia tenta atirar uma granada de gás lacrimogêneo pelo basculante. Isso está escrito no documento oficial. Quebra o basculante, atira, mas ela não explode lá dentro. Eles tentam de novo e ela diz, eu me entrego.

E aí quando ela diz, eu me entrego, no relato eles ouvem o tiro e eles arrombam a porta. Enfim.

A SRA. MARIANA – Na verdade a gente tem quase certeza que eles não sabiam mesmo que era a Iara, porque primeiro lugar, eles queriam pegar ela viva, porque o Lamarca ainda não estava preso. Então, eles iam torturar ela ou até a morte ou até ela dizer alguma coisa, o que eu duvido. Então, eles sabiam que ali era um aparelho subversivo porque o Kid tinha sido preso, eles fizeram toda uma investigação policial e chegaram naquele aparelho da Pituba. Mas eles não sabiam que era Iara Iavelberg que estava lá dentro.

Inclusive algumas pessoas disseram que o Fleury, quando soube que a Iara tinha morrido, ele ficou furioso porque ele queria ela viva. Isso foi o que algumas pessoas contaram para a gente.

A SRA. MARILUCE MOURA – Boa tarde. Eu sou jornalista, Mariluce Moura. Eu também fui presa, meu marido foi assassinado nós também estamos nessa

batalha pela devolução do corpo de Gildo Macedo Lacerda vai fazer 40 anos em outubro, mas sobre esse caso da Iara, o que eu gostaria de dizer é o seguinte, em 1971 que é quando as coisas acontecem, eu era uma jovem repórter do jornal da Bahia. Eu tinha 20 anos e estudava jornalismo. Era repórter lá. E como eu trabalhava no Jornal da Bahia pela manhã, a maioria dos repórteres estavam à tarde. Assim que eu cheguei, eu recebi a incumbência de ir até o prédio da Pituba, tentar conversar com os moradores ali em volta, onde tinha sido, tinha havido, onde tinha sido presa, morta, suicidado, enfim. Onde tinha havido prisões e uma morte. E na verdade tudo que se falou na época é que não se sabia mesmo que era a Iara, até que se identificou e se viu que era a Iara Iavelberg, mas o fato é o seguinte, eu fui deslocada para ir para lá. Quando a Mariana estava fazendo o filme e me procurou, foi muito difícil para mim reconstituir um pouco que fosse dessa memória. Eu me lembro do prédio como era, do lugar, mais ou menos onde ele estava na Pituba, da minha tentativa de conversar com os moradores para fazer a reportagem para o Jornal da Bahia. E a única pessoa que eu consegui conversar por mais tempo foi a zeladora do prédio mesmo, e junto com o fotógrafo que estava comigo na época, tentando fazer a cobertura. Volto para o jornal, mas na época todo o esquema de cobertura dos jornais eram os relatos, eram absolutamente monitorados pelo esquema todo da censura e da repressão.

Então, a gente fazia o relato, fazia a reportagem, fazia a matéria com aquilo que tinha obtido, mas saía sempre à versão oficial e daquelas coisas que a gente tinha apurado, alguma coisa com muito cuidado do que podia ser narrado. Eu nem me lembro mais como era o texto que eu escrevi ao voltar do Jornal da Bahia.

Me lembro da conversa com a zeladora falando essa história de que a polícia tinha cercado, tinha muita fumaça, etc. os tiros posteriores a ela ter dito, eu me entrego. Pouco depois eu ia cobrir o assassinado do Lamarca e do Zequinha. Era um sábado, eu estava de novo no Jornal da Bahia, e eles queriam saber quem podia ir até Brotas de Macaúba, ir na área, etc. e eu era assim, muito atirada na época, ainda não tinha me acontecido a mim mesma as coisas dramáticas que depois aconteceram. Então, eu topei ir e foi alugado um avião pelo Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Jornal da Bahia, e mais algum veículo. Todo mundo alugou junto um avião em Salvador e nós partimos para a região onde foi o assassinato do Lamarca e do Zequinha no sábado mesmo. Chegamos sábado à noite, tivemos que descer antes do local do crime porque era um

avião pequeno, nós tivemos que descer em um campo de futebol perto de Brotas de Macaúba para ir no outro dia de manhã. Nós éramos um grupo de sete pessoas, estavam três, eram dois repórteres mais eu, três repórteres, mais dois fotógrafos, acho que tinha mais uma pessoa além do fotógrafo, repórter e tal. E nós fomos o primeiro grupo a chegar efetivamente no local do tiroteio onde tinha sido morto o Lamarca e o Zequinha. Tinha o piloto que ficava com a gente o tempo todo. Nós chegamos, fomos caminhando por aquele pedaço todo onde eles foram mortos, e nós fomos inclusive recolhendo o embornal, o par de meias pelo caminho, cápsulas de bala. Nós levamos tudo isso para Salvador. Então, nós chegamos domingo de manhã, quando nós estávamos voltando para Salvador é que estava chegando do Jornal O Globo, o Jornal de Brasília, Jornal do Brasil, Correio da Manhã para onde nós estávamos fazendo as matérias só saíam na terça feira porque eram matutinos, não saíam na segunda. E O Globo eram matutinos, e, além disso, eles tinham chegado e tinham obtido o diário, a polícia tinha dado o diário de Lamarca para o pessoal de O Globo. Então, nós voltamos para Salvador com as informações, as fotos e etc., mas nós íamos publicar na terça feira e O Globo deu na segunda com o diário e toda a coisa da morte. E aí voltou a se falar do caso da Iara que tinha sido algum tempo antes.

Eu falo que naquele momento eu era mais atirada e certamente mais corajosa, quer dizer, eu estava menos traumatizada, eu não estava traumatizada, eu estava preocupada, só. Eu já era militante e tal, mas enfim, não tinha sofrido na pele ainda o terror mesmo.

Então, quando anos depois em 78, 79, o Emiliano José propôs que a gente fizesse o livro Lamarca, que terminou sendo 'Lamarca, o capitão da guerrilha', primeiro eu me incluí na equipe do livro, com o Emiliano e tal. Mas quando eu cheguei em Brotas, Macaúbas, Botirama e toda aquela região e que comecei a querer entrevistar as pessoas, eu realmente passei muito mal. Eu tive ataques de pânico e toda essa coisa. Eu estava lá com fotógrafos, e mesmo sem as pessoas quererem dar entrevista, com muito medo, e tal nessa região, sem quererem falar nada, depois de algumas entrevistas eu resolvi voltar porque eu não aguentava o sofrimento. Eu tinha passado por um trauma muito grande no final de 73 e eu não aguentava. Aí eu falei para Emiliano que eu não tinha condições psicológicas de trabalhar nesse livro do Lamarca e nem de nenhum outro.

Eu não queria nem ver os filmes da época da ditadura, não queria ver nada. E Emiliano até faz uma referência e tal, ajudou a reparar algumas coisas. Mas para mim o caso da Iara é algo que eu vi muito próximo como repórter, e depois como militante tendo sofrido os horrores da ditadura foi muito difícil encarar depois os fatos e poder falar, entrevistar e etc. e depois eu quando falei com a mariana, eu falei que eu não consigo falar.

Mas depois a gente acabou falando alguma coisa e é isso aí.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Só para fechar o seu depoimento. Isso tudo com a Iara ocorreu em agosto de 71. Você é presa quando?

A SRA. MARILUCE MOURA – Eu fui presa em 73.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Com o seu companheiro?

A SRA. MARILUCE MOURA – Nós fomos presos em Salvador, eu fui presa na parte baixa do Elevador Lacerda em pleno centro, meio dia, um dia normal de trabalho em 22 de outubro de 73.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quem foi antes, você ou seu companheiro?

A SRA. MARILUCE MOURA – O Gildo foi preso saindo de casa que era na Boa Viagem provavelmente na mesma hora que eu, e aí nós fomos levados para a Polícia Federal em Salvador, que é em frente ao Mercado Modelo, passamos a manhã inteira, passamos o dia 22 inteiro dentro da Polícia Federal do meio dia até a noite. Estava também o Oldack Miranda, irmão do Nilmário Miranda, mais um bancário que eu não lembro o nome dele. Eram seis pessoas. E nós dormimos na Polícia Federal. Aí Gildo e Oldack foram levados para o Quartel do Barbalho na manhã do dia 23, eu fui levada para o Forte de São Pedro, que era outro quartel no Campo Grande. No dia 25 de outubro de 73 eles levaram o Gildo para Recife, o Gildo e Oldack. O Gildo foi morto em Recife. Tudo indica que no dia 28 de outubro. Gildo Macedo Lacerda, é o mesmo caso que está o José Carlos Novais da Mata Machado. E a mesma farsa de que houve um tiroteio e etc.

E daí eles deram essa coisa no Jornal Nacional no dia 31 de outubro. Nos jornais a versão fantasiosa no dia 01/11, a família de Gildo, a irmã dele soube pelo Jornal Nacional da morte dele, um negócio brutal, e eu soube pelo jornal que um capelão do Exército foi levar o jornal para mim na manhã do dia primeiro. Eu estava grávida. Então, foi muito difícil superar essa história toda e encontrar de novo a possibilidade de falar como jornalista dessas histórias todas, e não apenas como familiar de morto, desaparecido e etc. é isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Dodora.

A SRA. DODORA ARANTES – Bem Adriano Diogo, Deputado Adriano Diogo, em primeiro lugar uma saudação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo que eu aqui represento, pelo convite para podermos integrar o Conselho consultivo da Comissão da Verdade, e também para cumprimentar você pela iniciativa de criar a Comissão da Verdade na Assembleia Legislativa de São Paulo e sustentar essa criação. Nesse sentido um abraço a toda a sua equipe, destacadamente a Ivan Seixas e Amelinha Teles, dois queridos companheiros referências no Brasil no processo de resgate da história dos mortos e desaparecidos e pelo reassentamento da verdade.

Existem outros psicólogos aqui presentes, então eu gostaria de dizer também que o Conselho de Psicologia desde 2004 vem se incorporando nas lutas dos direitos humanos, com a criação da Comissão de Direitos Humanos, iniciativa da Cecília Coimbra, psicóloga do Rio de Janeiro, eu faço parte da Comissão de Direitos Humanos e nós levantamos aqui em São Paulo as psicólogas que foram assassinadas e desaparecidas durante a ditadura militar. Iara Iavelberg, Aurora Maria do Nascimento Furtado também teve uma audiência pública aqui, a Pauline Raistu, Marlena Vilas Boas Correia e a Solange Lourenço Gomes. Então, essas seriam no Brasil as psicólogas que nós sabemos que foram assassinadas pela ditadura.

Em 2009 o Conselho Regional de Psicologia fez uma homenagem a Iara e Aurora. Eu vou ler um pequeno trecho do jornal informativo que saiu, para que vocês possam saber que já de algum tempo nós temos incorporado nas nossas atividades a referência as nossas psicólogas que foram e são heroínas do nosso país.

Direitos humanos, memória e emoção. Então, é a ata de um jornal do Conselho de 2009. 'Um desfile emocionado de depoimentos de parentes e antigos companheiros marcou a homenagem realizada pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, no dia 12 de março, às psicólogas Aurora Maria Nascimento Furtado e Iara Iavelberg. Engajadas na luta armada contra o Regime Militar, ambas foram mortas na década de 1970 pelos órgãos de repressão. "Iara e Aurora foram pessoas vinculadas à Psicologia e que pagaram com a vida a decisão de enfrentar a Ditadura", disse a conselheira Sandra Sposito, do Comitê de Direitos Humanos do Conselho. "O objetivo do CRP SP foi fazer um resgate histórico e oficializar um reconhecimento a elas." Um maracá, objeto utilizado por tribos indígenas em rituais de cura e reparação, foi entregue pela direção do CRP SP a representantes dos familiares. A cerimônia encerrou o evento Psicologia e Direitos Humanos na Sociedade Brasileira, realizado na sede do

CRP SP, que formulou propostas posteriormente encaminhadas ao VII Congresso Nacional de Psicologia. O encontro contou também com as palestras Direitos Humanos na Atualidade Brasileira, com o professor Emir Sader, e Direitos Humanos e Mídia, apresentada pelo psicólogo Paulo Endo. A conselheira do CRP SP e Coordenadora Geral de Combate à Tortura, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes, lembrou o compromisso histórico dos psicólogos com os Direitos Humanos. "Assim como as homenagens que fizemos à ex-reitora da PUC, Nadir Kfoury, e ao jurista Fábio Comparato, essa homenagem a Aurora e a Iara é uma iniciativa importante para recuperar uma verdade histórica que muitos tentam eclipsar sob um manto de silêncio." Irmão de Iara, o fotógrafo Samuel Iavelberg contou sobre a infância e juventude passados no bairro do Ipiranga, em São Paulo, o envolvimento da irmã com o movimento estudantil e a posterior adesão à luta armada, ao lado do companheiro, também assassinado, Carlos Lamarca. "Iara e Lamarca sabiam que não continuariam vivos se permanecessem no Brasil", avalia Samuel. Segundo ele, a decisão de ir para o interior da Bahia demonstrou uma fidelidade a valores e um grande respeito aos companheiros de luta. Ainda sobre Iara, falou também, com muita emoção, o sargento Darcy Rodrigues, que atuou ao seu lado na guerrilha do Vale do Ribeira.'

Então, apenas para reiterar a presença da Psicologia nessa trajetória de resgate da verdade do nosso país, tão sonhada desde os primeiros momentos que todos nós somos presos, e que hoje tem sido realizada aqui em São Paulo, dentro da Assembleia Legislativa. Acho que é uma honra para todos nós que podemos acompanhar de perto, é a terceira audiência pública que eu venho, e eu tenho de uma certa forma feito um curso avançado sobre história do Brasil durante a ditadura militar.

Cada uma dessas audiências públicas é sem dúvida uma história que nós mesmos contamos. Então, eu acho que é um privilégio poder estar aqui e acho que o fato da Comissão aqui de São Paulo abrir para o público não só de São Paulo, mas do Brasil as suas audiências, é uma prova de que aqui se resistiu, se decidiu realmente resgatar a verdade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Dodora, só para formalizar. Quando você foi presa?

A SRA. DODORA ARANTES – Eu fui presa em 1968 no dia do AI5. Eu morava, era uma tarefa da organização a qual eu pertencia, Ação Popular, no interior do Estado de Alagoas, e eu fui presa com os meus dois filhos, de dois anos e meio e três anos e meio de idade. E fiquei presa com eles durante quatro meses e meio em Alagoas.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Nós vamos ver o trailer. Antes eu queria registrar a presença do filho do Samuel, Carlos Iavelberg, sobrinho do Samuel Iavelberg e Marluci, sabe quem está aqui? Uma moça jornalista? Thaís Barreto, sobrinha de Zequinha Barreto, lá de Brotas de Macaúba.

Alguém quer perguntar alguma coisa? Porque agora nos vamos para a parte final da sessão com a apresentação do filme. Está aqui o companheiro Mané Dias do Nascimento, companheiro Mané, companheiro do Zequinha Barreto da primeira greve de Osasco.

Bom, eu agradeço. Nós vamos apresentar. O Ivan vai dar um informe depois da apresentação do filme, o Ivan vai trazer um informe importantíssimo sobre o cemitério de Vila Formosa. Nós agradecemos a presença de todos e todas.

Dodora, eu acho que tem uma questão, que a Folha de São Paulo traz uma matéria enorme domingo, da dificuldade mesmo que os documentos estejam à disposição, a dificuldade de esses documentos virem a público.

A SRA. MARILUCE MOURA – Adriano Diogo, saiu uma nota hoje, a própria Folha de São Paulo deu uma nota pequena hoje dizendo que esses documentos a partir de agora, graças à reportagem da Folha, estão, serão postos a disposição de quem precisar de informações pela Casa Civil da Presidência e pelo Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ótimo. Porque era vergonha, depois de um vexame tão grande. Então, Ivan, já senta na mesa para dar o informe e depois a gente já passa o filme e encerra tudo.

Eu só queria dizer o seguinte, 49 anos de ditadura, daqui a pouco vamos fazer 50 anos e os documentos, nem os permitidos estão à disposição. Os permitidos tem toda aquela burocracia, aquela vergonha toda. E os que os militares não querem, não estão.

Então, a gente pode chegar à conclusão que a ditadura não acabou. Porque enquanto essa verdade não for esclarecida, não for dita, a ditadura não acabou. Por isso Rui Barbosa é tão reverenciado no Brasil, porque foi o homem que incinerou todos os arquivos da escravidão.

Então, é muito difícil escrever a verdade por menor que ela seja, no país da mentira. Tanto é que nós somos tão atingidos que o prédio da Auditoria Militar onde tantos brasileiros foram julgados e até torturados, está na eminência de ser entregue depois da Polícia Federal rejeitar e o Batalhão da Polícia Militar da Bela Vista rejeitar, entregue para a Guarda Civil Metropolitana.

Ivan Seixas com a palavra. E aí a gente passa o filme.

O SR. IVAN SEIXAS – Eu queria fazer dois comentários antes, se me permite. Primeiro sobre o que a Dodora falou, que ela ficou presa quatro, cinco meses com os filhos. Ela não ficou só presa com os filhos. Parece até uma coisa civilizada. Ela ficou presa junto com os filhos na área de infectados dentro de um hospital. Era mais um crime com relação às crianças. Então, ela ficou na área de doentes contagiosos do Hospital Penitenciário da Polícia Militar. Então, é uma barbárie em cima da barbárie.

A outra coisa que eu queria falar basicamente para a família da Iara. Eu conheci a Iara e o Samuel sabe disso, porque na minha casa morou o capitão Lamarca durante quatro ou cinco meses, e a Iara ia lá. A Iara não era a mulher do Lamarca, não era apenas uma pessoa que era figuração de outra. A Iara, eu conheci ela bem porque ela ia lá várias vezes, porque ela ia lá para as reuniões que era do comando da VPR. Era uma

pessoa de extremo valor. Pessoa de competência e decisão. Então, eu estou dizendo isso para dizer para a família da Iara, Samuel, vocês tem que ter muito orgulho dela porque ela foi uma pessoa que foi um exemplo de dedicação à causa revolucionária latino americana. Eu acho que é uma pessoa que nós temos que homenagear sempre.

O informe que eu queria dar é o seguinte, eu tive que sair, fui para a reunião do CONDEPHAAT, que estava sendo julgado a decidida em cima de um pedido do Ministério Público Federal um parecer sobre a construção de um memorial as vítimas da ditadura, são os presos políticos desaparecidos e as vítimas do esquadrão da morte, sobre um local onde tem uma vala clandestina no Cemitério de Vila Formosa. Não é só a vala clandestina no cemitério de Perus. No cemitério de Vila Formosa há uma outra vala maior ainda que a Vala de Perus, e lá tem por volta de três mil a quatro mil ossadas lá. E o Ministério Público Federal atendendo ao pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos insiste na ideia de fazer um memorial às vítimas da ditadura. Aí pediu para o CONDEPHAAT, e pediu para a Prefeitura também, a Prefeitura ainda não se pronunciou, mas o CONDEPHAAT hoje fez o julgamento do parecer, e deu o parecer favorável, e vai mandar para o Ministério Público, para o Governo do Estado e para a Prefeitura a recomendação de se criar um memorial as vítimas da ditadura civil militar implantado em 1964. Esse parecer vai ser mandado para a Comissão, foi falado explicitamente que vai ser mandado para a Comissão Estadual da Verdade como uma parte importante da luta que é reconhecida, que a Comissão hoje expressa essa luta pela busca da verdade, e principalmente a memória do nosso país. Era isso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Samuel, antes de passar o filme eu queria só te fazer uma pergunta. O Gelson Reicher, ele é mais novo que vocês, ele é mais novo que a Iara. Vocês eram da mesma comunidade? Sim.

E o Isac Abramovich, era conhecido de vocês lá? Fala no microfone que é muito importante isso.

O SR. SAMUEL IAVELBERG – O Gelson Reicher ele era nosso vizinho, nós morávamos no mesmo quarteirão. E ele era militante, ele foi aluno de medicina, ele estudava na mesma classe que o meu irmão Raul. Eles eram colegas de faculdade. Ele era militante da ALN.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Raul também fazia medicina?

O SR. SAMUEL IAVELBERG – O Raul fazia medicina na época. Hoje ele trabalha em informática. Ele era estudante de medicina. Eles estudavam juntos, no mesmo ano. Passaram no mesmo vestibular. O Gelson militava na ALN e foi morto em um encontro com a polícia. O que mais você queria saber do Gelson?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E o Isac era dessa mesma comunidade judaica do Ipiranga? Vocês conheciam o Isac Abramovich lá?

O SR. SAMUEL IAVELBERG – O médico?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Sindicato, aquele legista.

O SR. SAMUEL IAVELBERG – Conhecia lá do Ipiranga. Ele namorou e casou com uma moça do Ipiranga. E por coincidência, depois ela ia ser a cunhada da Iara. A Iara casou com um médico também, quando ela casou com 16 anos. Esse médico tinha uma irmã. Esse Isac casou com essa irmã do marido da Iara.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Está bom. Porque o Isac assinou o laudo falso do Gelson. Não só do Gelson. Era um grande assassino. Chega por hoje. Pessoal, vamos passar o filme e vamos encerrar. Obrigado.

“Viva Iara Iavelberg!”.

* * *

É FEITA A EXIBIÇÃO DO VÍDEO.

* * *